



Análise de Conjuntura Econômica com foco na situação de Aposentados e Pensionistas

14º ENASS Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria e
Seguridade Social do SINASEFE
Brasília, 3 de setembro de 2024

O Brasil é o PAÍS DA ABUNDÂNCIA

Riquezas naturais imensas

Potencialidades econômicas

Cerca de R\$ 5 trilhões em caixa

**Mas o cenário de ESCASSEZ atinge a vida da imensa
maioria das pessoas e os Direitos Sociais**

Pobreza, miséria e até fome

Teto e arcabouço para investimentos sociais

ABUNDÂNCIA

Lucro dos bancos bate recorde e soma R\$ 144 bilhões em 2023, aponta Banco Central

Informações constam do Relatório de Economia Bancária de 2023. Recorde foi registrado em ano de juros básicos em alto patamar. Governo pressiona pela redução da Selic.

Por **Alexandro Martello**, g1 — Brasília
06/06/2024 09h18 · Atualizado há uma semana



gov.br



Entrar com o gov.br

Ministério da Agricultura e Pecuária



Assuntos > Notícias > Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde no primeiro trimestre de 2024 e atingem US\$ 37,44 bilhões

BALANÇA COMERCIAL

Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde no primeiro trimestre de 2024 e atingem US\$ 37,44 bilhões

Em comparação ao mesmo período de 2023, o aumento foi de quase 4,4%

ESCASSEZ

GOVERNO

Torneira está fechada para reajuste em 2024

Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO



Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

DOBROU NA PANDEMIA

Insegurança alimentar: 70 milhões no Brasil não tinham alimentos suficientes entre 2020 e 2022

Levantamento aponta ainda que mais de 10 milhões de brasileiros sofrem com a fome e a desnutrição

Redação

Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 12 de julho de 2023 às 16:20

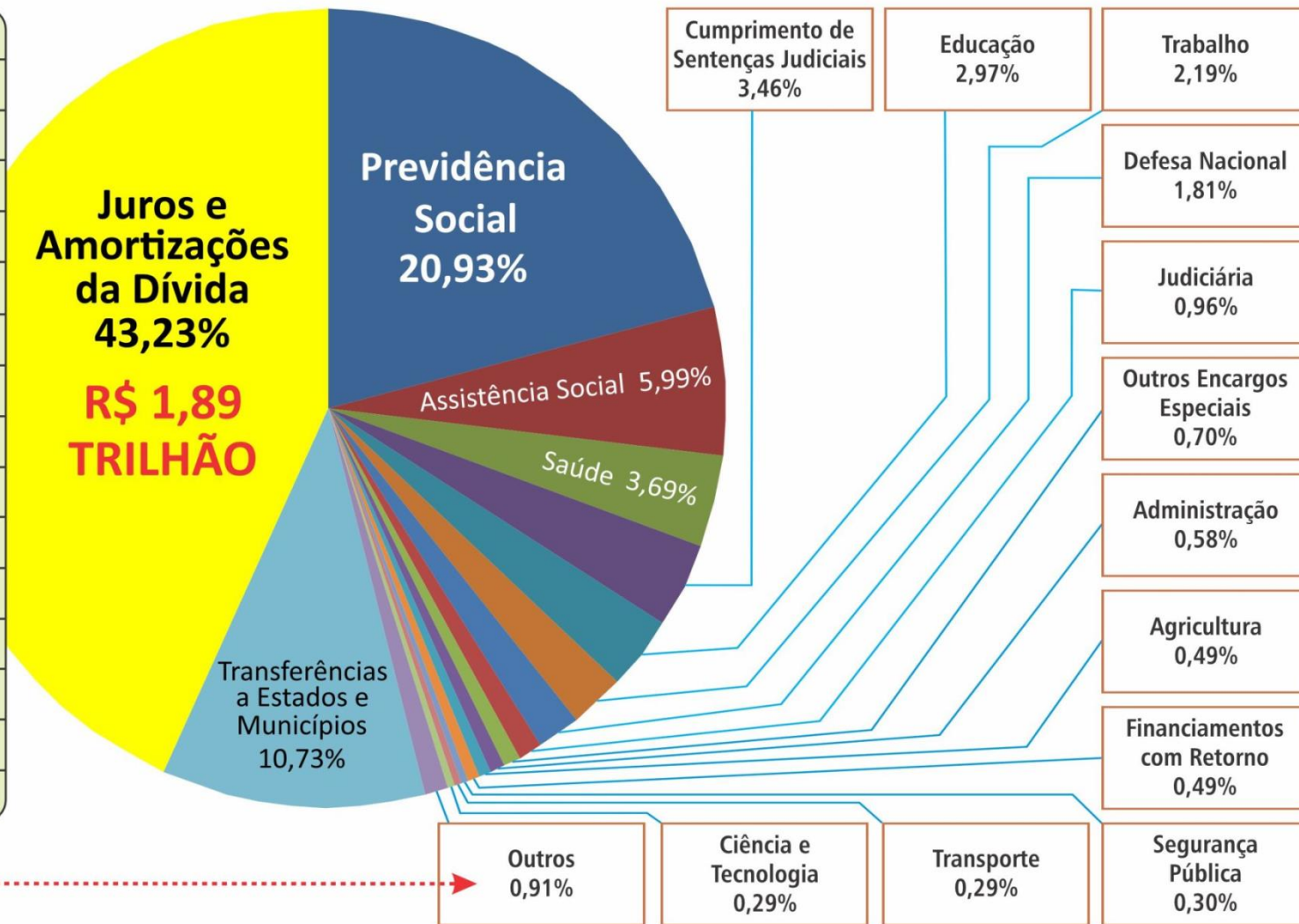
CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

- Aprovação do Esquema da Securitização (PLP 459/2017 – Lei 208/24)
- Limitações do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023) mantém teto de gastos sociais para **“guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público”** e ataca servidores(as) públicos(as) sob várias formas (congelamento, confisco de aposentados), e até ameaça de mais contrarreforma da Previdência
- Não atendimento às reivindicações de servidores em greve. Restrições da LOA 2024
- Ameaças de retomada da contrarreforma administrativa (PEC 32), ataques aos pisos da Educação e Saúde, possível retorno da DRU para Educação e Seguridade Social
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos)
- Manutenção da taxa básica de juro Selic pelo Banco Central em patamar elevadíssimo, provocando crescimento exponencial do Sistema da Dívida
- Reforma Tributária do Consumo traz riscos de elevação dos tributos indiretos e Securitização (“Conselho Federativo” já significa desvio das receitas de estados e municípios).

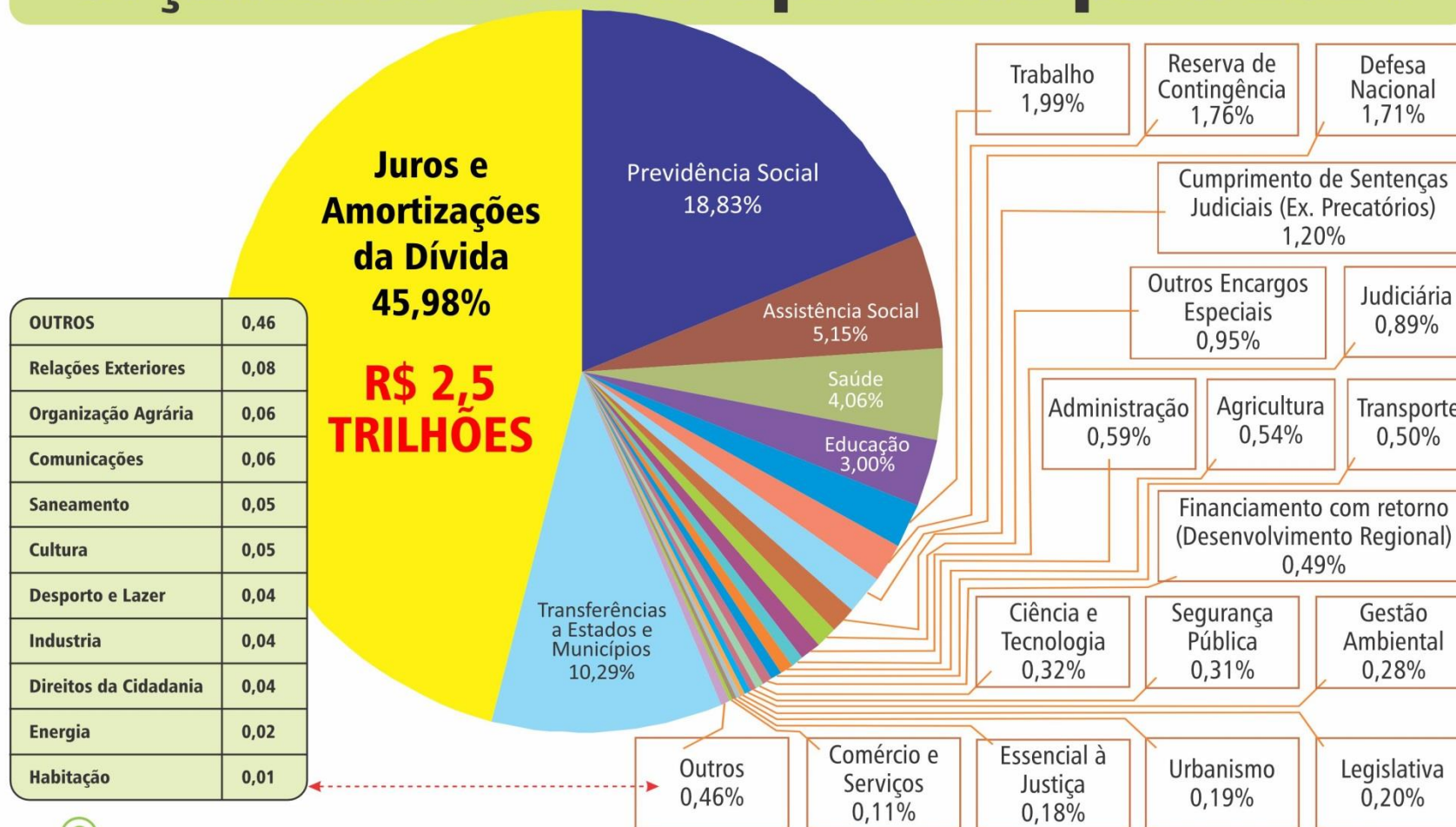
Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

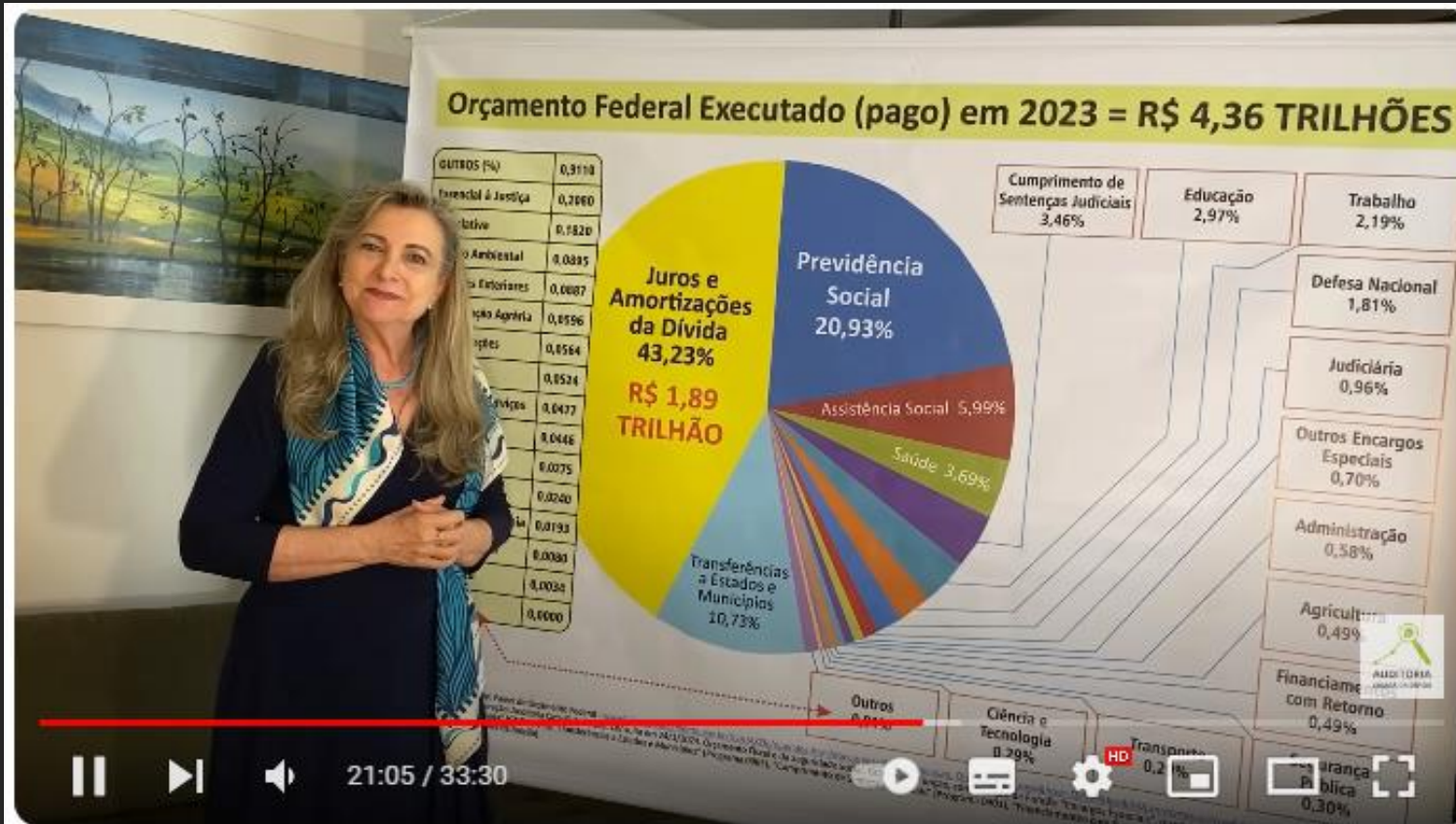
Orçamento Federal aprovado para 2024



Nota: Projeto de Lei enviado pelo governo ao Congresso Nacional. Os dados do gráfico foram coletados do que foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional
Fonte: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - LOA 2024 - Sistema de Consulta ao Autógrafo - Banco de Dados em Access

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 16/1/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GNDs 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901), "Financiamentos com Retorno" (Programa 0902) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função).

PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA NO ORÇAMENTO FEDERAL



Fattorelli mostra privilégio do Sistema da Dívida e rebate críticas



Auditoria Cidadã ...

82,7 mil inscritos



Inscrito



6,1 mil



Compartilhar



47 mil visualizações há 2 meses #AuditoriaJá #SistemadaDívida #AuditoriaCidadãdaDívida

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, utilizou o gráfico em pizza da

<https://www.youtube.com/watch?v=gx0fvjCy7gI&t>

Por que o GRÁFICO DA ACD É TÃO ATACADO?

- Evidência do Privilégio do Sistema da Dívida: maior fatia, sem teto
- Denúncia dos mecanismos que visam esconder o privilégio do Sistema da Dívida:
 - Contabilização dos Juros como se fosse Amortização: o valor total dos JUROS efetivamente pagos não aparecem no SIOP pois uma parte é registrada como "Amortização";
 - Bolsa-banqueiro: remuneração diária da sobra de caixa dos bancos;
 - Ausência de teto ou limite para gastos com a dívida pública, enquanto investimentos sociais são submetidos a teto, DRU, exigência de Superávit Primário, contrarreformas etc. para que sobre mais dinheiro para a dívida;
 - Gastos com a dívida consomem praticamente todos os recursos advindos da venda de novos títulos: SISTEMA.
- Denúncia de que no Brasil o "endividamento público" não tem contrapartida em investimentos e se presta a alimentar o Sistema da Dívida com os juros mais elevados do mundo e mecanismos espúrios.

NÃO PODEMOS FICAR SUSTENTANDO O SISTEMA DA DÍVIDA À CUSTA DO SACRIFÍCIO DO POVO BRASILEIRO E DO INACEITÁVEL ATRASO SOCIOECONÔMICO

Por que o GRÁFICO DA ACD É TÃO ATACADO?

➤ SOBRE O TEMA, VER:

- Artigo: O gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida está correto
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-no-extraclasse-defende-veracidade-do-grafico-da-acd/>
- Gráficos da Auditoria Cidadã da Dívida
<https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/graficos/>
- Artigo: Explicação sobre o gráfico do orçamento elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida
<https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>
- Mentiras e Verdades sobre a Dívida
<https://auditoriacidada.org.br/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida/>

Por quê a estrutura do Estado está sucateada, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?

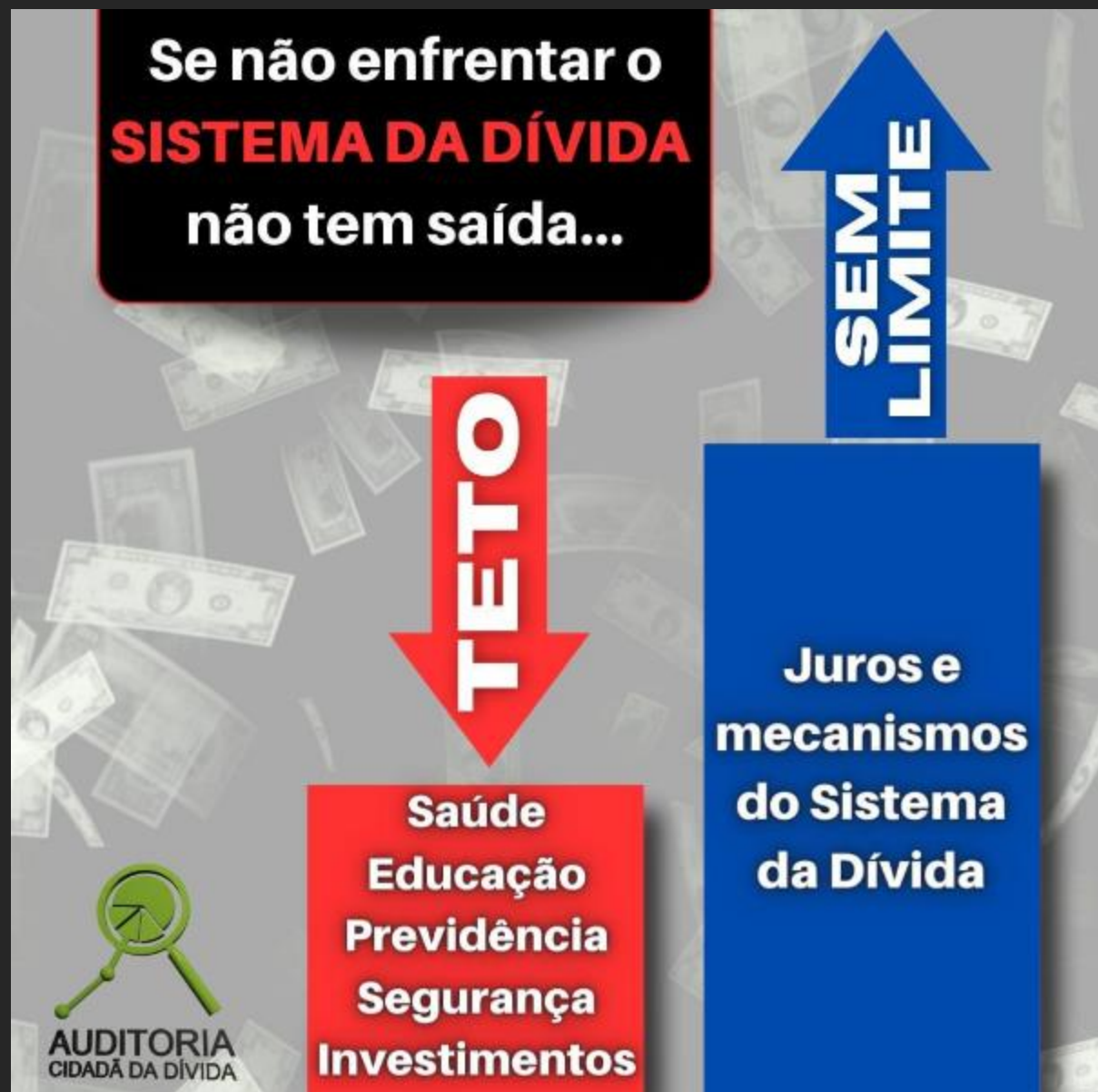
- Chegamos a quase **R\$ 5 TRILHÕES** em caixa em **31/3/2024:**
 - **R\$ 1,572 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
 - **R\$ 1,484 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
 - **R\$ 1,773 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202404_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Lucro dos bancos seguiu aumentando
Ver "Assalto aos Cofres Públicos" <https://bit.ly/3xKnEp4>

Lei Complementar 200/2023 ARCABOUÇO FISCAL

- Manteve o teto de gastos sociais para “*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*”
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de superávit primário



FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece PISO MÍNIMO de recursos a serem aplicados em EDUCAÇÃO:

Art. 212 - "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino"

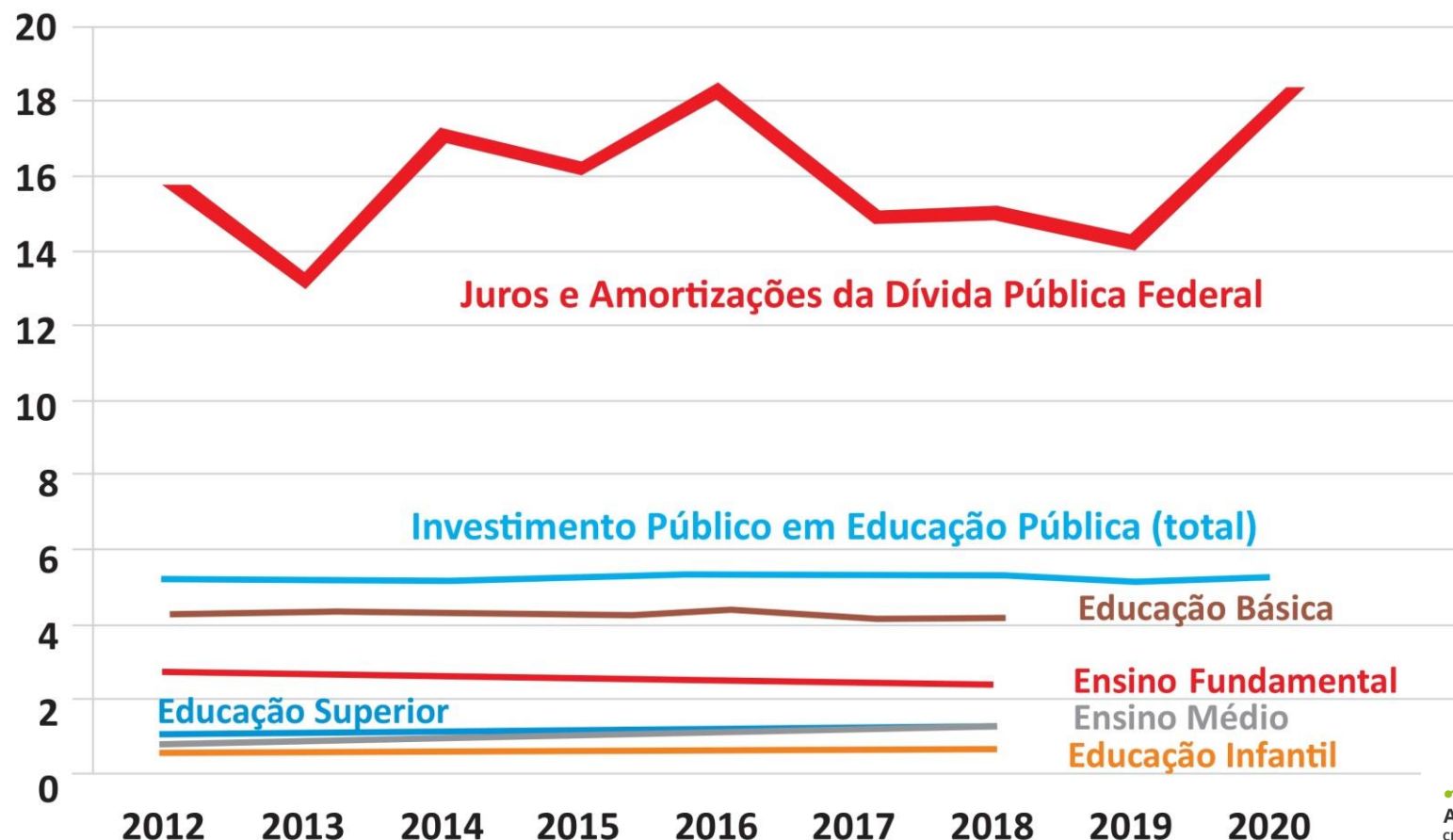
AgênciaBrasil

Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

Evolução dos Investimentos Públicos em EDUCAÇÃO (União, Estados e Municípios)

e dos Gastos com Juros e Amortizações da Dívida Pública Federal (em % do PIB)



Fontes: INEP e Tesouro Nacional:

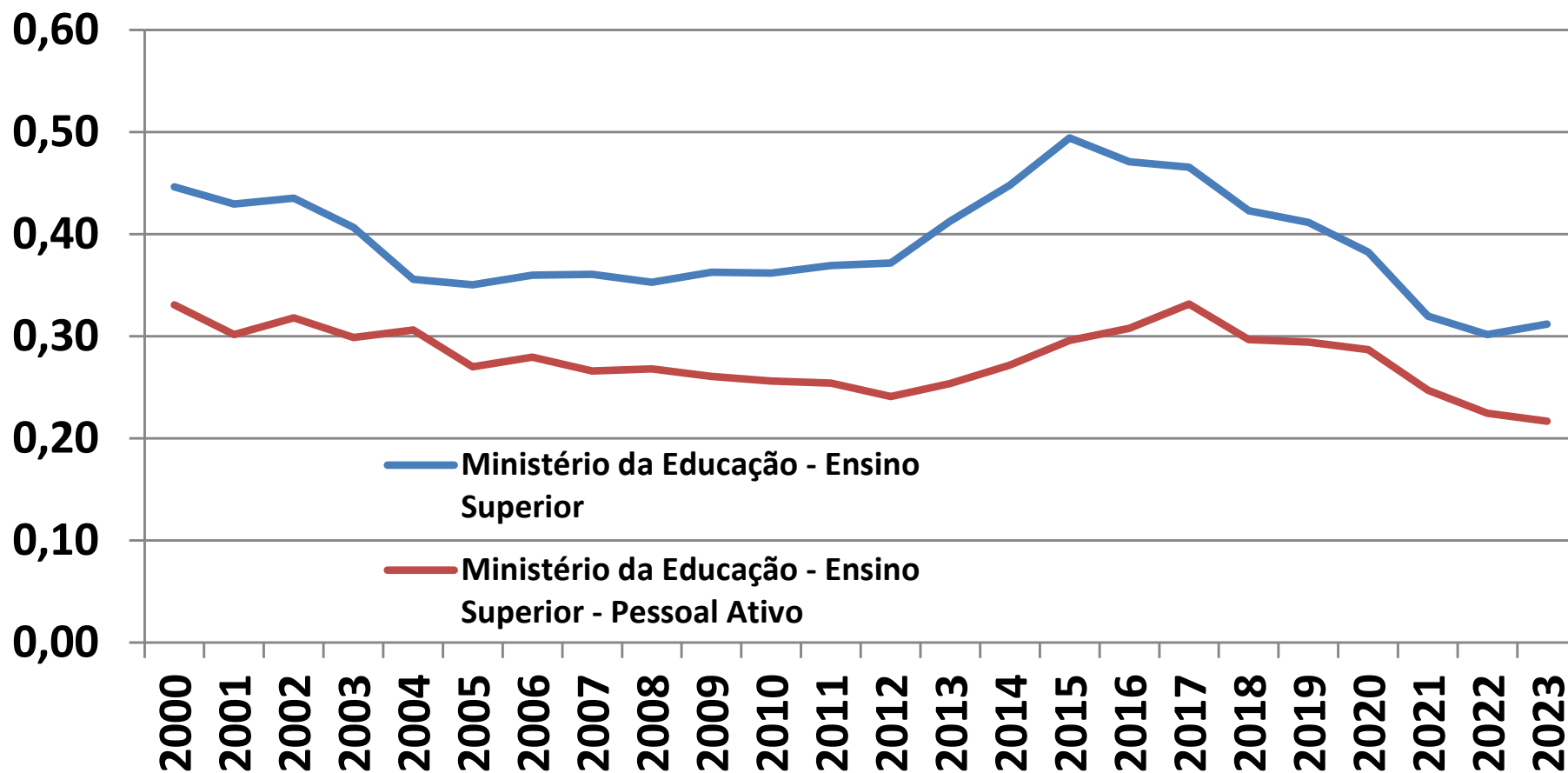
https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/investimentos_publicos_em_educacao/indicadores_financeiros_educacionais/Investimento_pib_direto.zip;

<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>

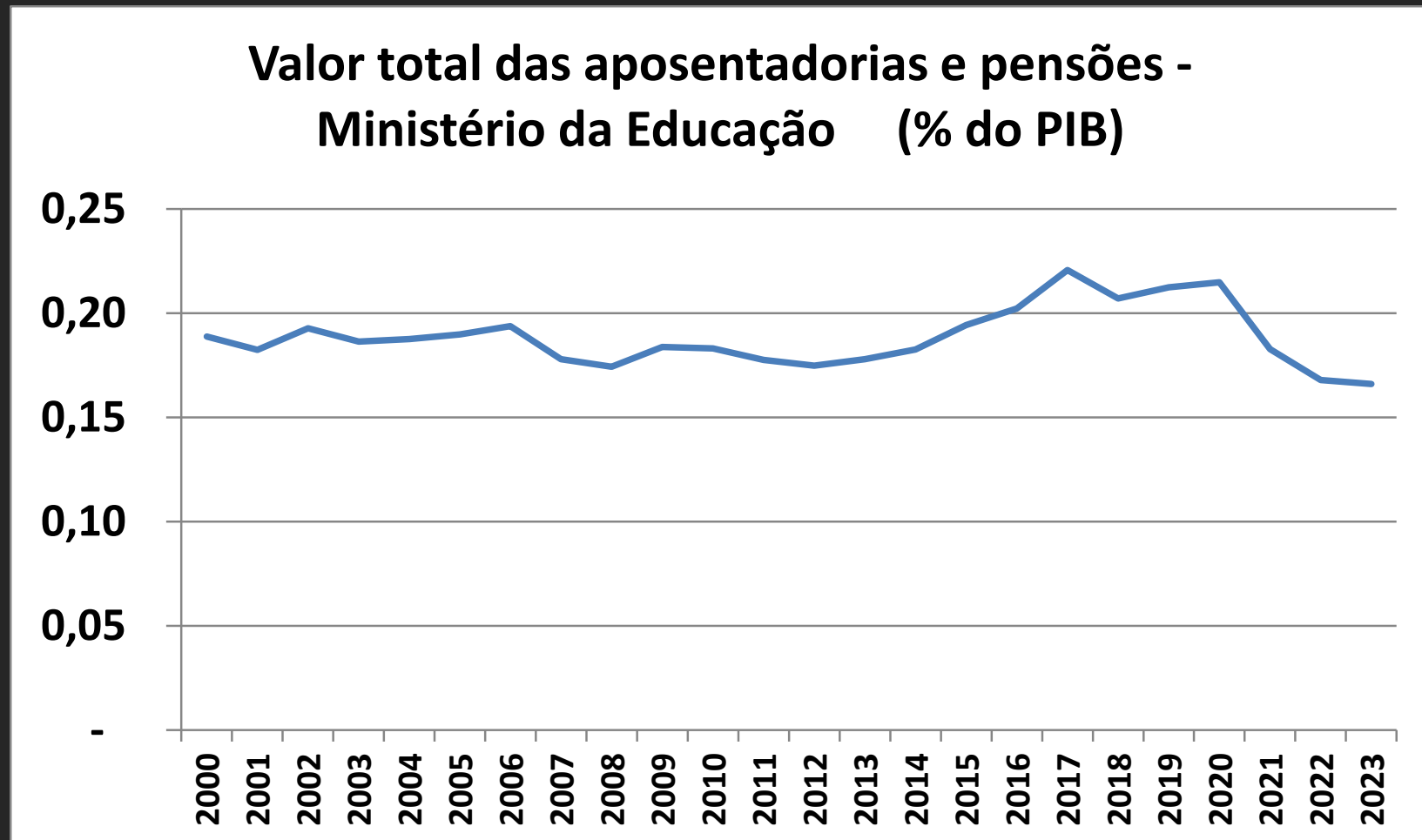
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:22345

O resultado dos tetos de gastos sociais sobre a Educação Superior

Ministério da Educação - Despesas com Ensino Superior (% do PIB)



A MENTIRA DA EXPLOSÃO DOS GASTOS COM APOSENTADORIAS DO REGIME PRÓPRIO DA UNIÃO (O EXEMPLO DO MEC)



Fonte: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

O CONFISCO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

EMENDA CONSTITUCIONAL 41/2003:

Constituição, Art. 40 § 18. *Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o **limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.***

EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019:

Constituição, Art 149 § 1º-A. *Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que **supere o salário-mínimo.***

*§ 1º-B. Demonstrada a insuficiência da medida prevista no § 1º-A para equacionar o deficit atuarial, é facultada a instituição de **contribuição extraordinária**, no âmbito da União, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas.*

*§ 1º-C. A contribuição extraordinária de que trata o § 1º-B deverá ser instituída simultaneamente com **outras medidas** para equacionamento do deficit e vigorará por período determinado, contado da data de sua instituição.*

O CONFISCO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

TABELA PROGRESSIVA DE CONTRIBUIÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DA UNIÃO

No caso de servidores aposentados e pensionistas, por enquanto, o pagamento é feito sobre a parcela acima do teto do INSS (atualmente de R\$ 7.786,03, começando com a alíquota de 14,5%)

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2024

BASE DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PROGRESSIVA INCIDINDO SOBRE A FAIXA DE VALORES
até 1.412,00	7,5%
de 1.412,01 até 2.666,68	9%
de 2.666,69 até 4.000,03	12%
de 4.000,04 até 7.786,02	14%
de 7.786,03 até 13.333,48	14,5%
de 13.333,49 até 26.666,94	16,5%
de 26.666,95 até 52.000,54	19%
acima de 52.000,54	22%

CONFISCO: PARA QUE ?

Arrecadação da contribuição de aposentados e pensionistas da União em 2023:

R\$ 5,97 bilhões

Esse sacrifício imposto a aposentados e pensionistas brasileiros tem servido para privilegiar ainda mais o pagamento dos extorsivos juros da chamada dívida pública nunca auditada, cujos gastos somados às amortizações consumiram **316 VEZES MAIS QUE ISSO EM 2023**

A SANGRIA DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO (Lei 9.496/97) – 1997 a 2023

Dívida Original: R\$ 126,157 BILHÕES
(incluindo refinanciamentos até 2023)

Pagamentos: R\$ 418,594 BILHÕES
(mais que o triplo do valor original)

Dívida em 2023: R\$ 734,380 BILHÕES
(quase seis vezes mais que o valor original)

Fontes:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

TUDO QUE A UNIÃO RECEBE DOS ESTADOS SÓ PODE SER EMPREGADO NO PAGAMENTO DE GASTOS COM A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL: SISTEMA

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO SE SATISFAZ
“APENAS” COM OS JUROS DA DÍVIDA, MAS QUER
SE APODERAR DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

**SECURITIZAÇÃO: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO DE
RECURSOS PÚBLICOS**

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

**ESQUEMA da chamada “Securitização de Créditos
Públicos” escancara desvio de recursos para
bancos privilegiados**

**INCONSTITUCIONALIDADE FLAGRANTE:
Tentativa de inclusão do esquema na PEC 23 foi
frustrada <https://bit.ly/3mPbVm4>**

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

<https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/>

Assistimos o aprofundamento do "SISTEMA DA DÍVIDA"

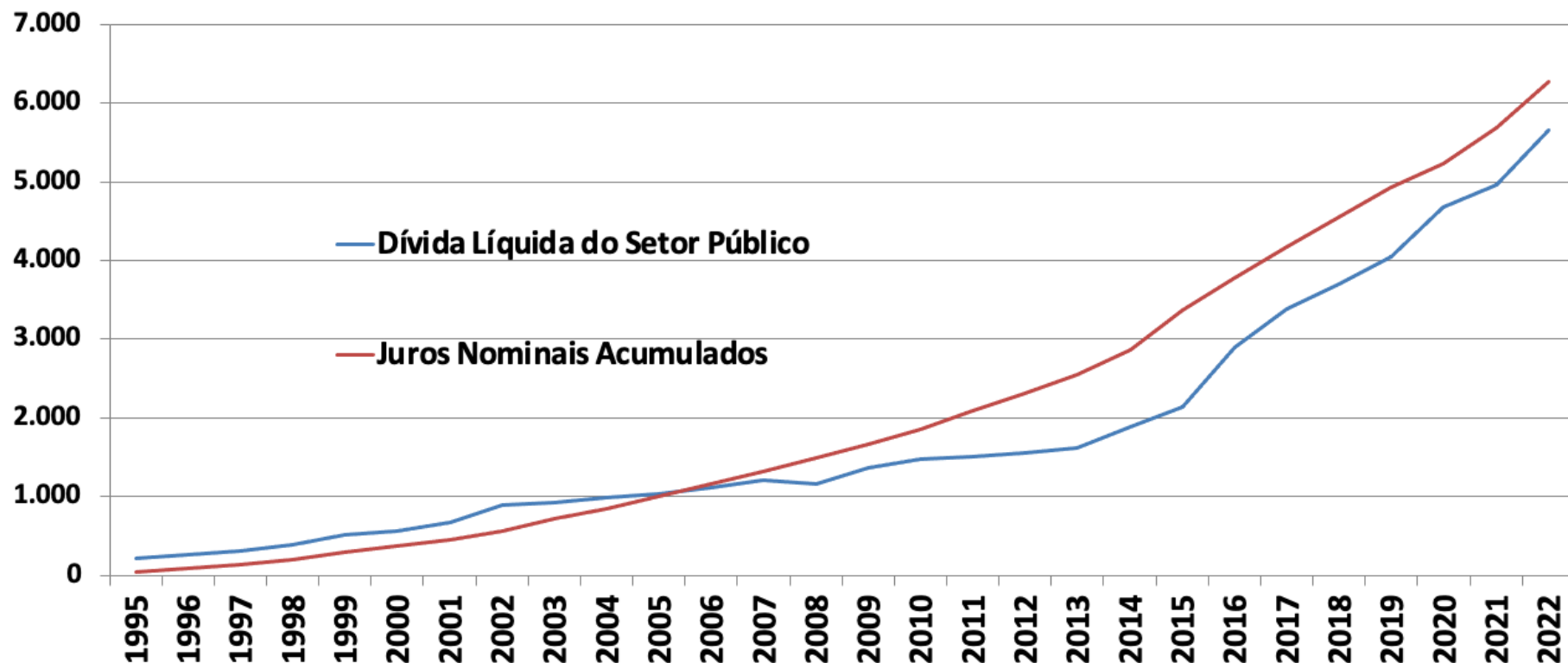
- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: **CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS**

- Dívidas sem contrapartida
- **Maior beneficiário:
Setor financeiro**



JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ bilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

TAXAS DE JUROS ELEVADÍSSIMAS E INJUSTIFICÁVEIS

DIRETOR DO BC INDICADO POR LULA DIZ QUE JUROS PODEM SUBIR

≡ MONEY TIMES

ECONOMIA

Galípolo diz que toda a diretoria do BC está disposta a elevar a Selic e cita cenário 'mais desconfortável'



O “mercado” (ou seja, os rentistas da dívida pública) continua a dar as cartas na política monetária, influenciando diretamente as decisões da diretoria do Banco Central sobre a taxa básica de juros Selic por meio da sua “expectativa de inflação”.

Subir juros não segura a inflação que existe no Brasil: a parcela de 86% da inflação de julho decorre de fatores que nada tem a ver com uma suposta demanda aquecida, mas sim com preços definidos pelo próprio governo, como combustíveis, energia elétrica, planos de saúde, telefonia, internet e pedágio.

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país

<https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

- Alimenta mecanismos financeiros
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para **contrarreformas**
- Justificativa para **privatizações**
- Responsável pelo **Teto de Gastos e arcabouço fiscal**
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

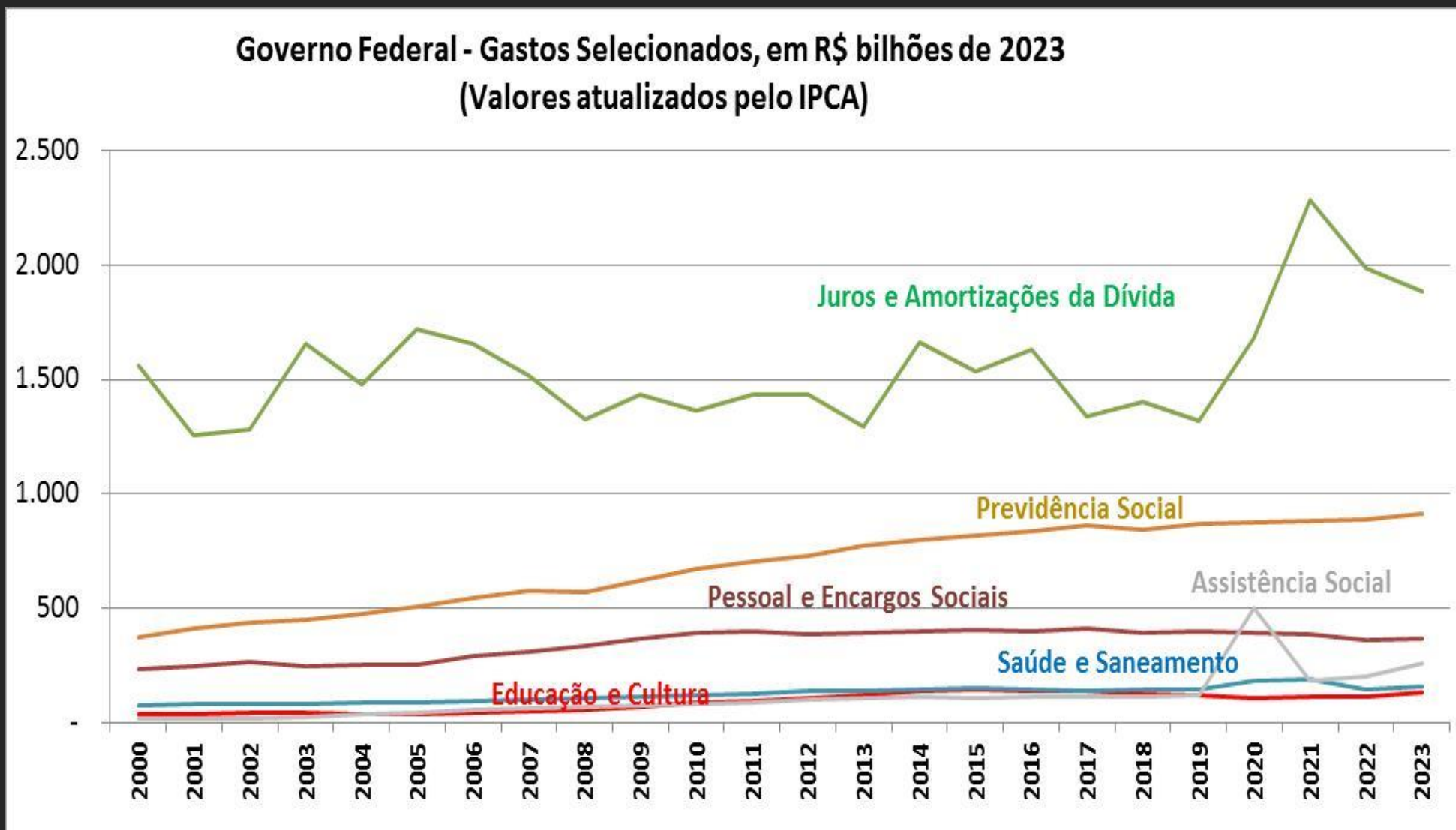
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para garantir os Direitos Sociais, **investimentos em nosso desenvolvimento socioeconômico e na estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos.

O QUE FAZER?

- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- DENUNCIAR O ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO
- **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO